



TRANSFOBIA: INVISIBILIDADE, VIOLÊNCIA E DIREITOS
TRANSPHOBIA: INVISIBILITY, VIOLENCE AND RIGHTS

Alexsandra Silva de Oliveira¹

Beatriz dos Santos Guerra Primo²

Elaine Cristine Barros de Oliveira³

Giovana Eleotério Galego⁴

Márcia Gomes E. da Luz⁵

Vinícius Matheus da Silva⁶

Thácila Lopes Antunes⁷

Wagner Nanni⁸

RESUMO

Ter uma identidade de gênero que se afasta das ditas como “normais” na sociedade são transformadas em anomalias e carregadas de preconceitos e discriminações que, no máximo, levam a exclusão, miséria, abandono e assassinato de pessoas pelo fato de serem trans. Essa violência à comunidade trans, em que as mulheres e homens são alvos, apresenta-se, em uma realidade distante da verdadeira, o relato dos crimes de ódio, a um nível mais intenso, como um próprio genocídio. O presente trabalho, desenvolvido no projeto Integrador III tem como objetivo dar visibilidade, uma tentativa de demonstrar a violência estrutural e sistemática, seja na família, na religião e em toda a sociedade, contra a população trans. É também uma forma de esclarecer a população cis sobre os direitos que hoje são garantidos

¹ Profa. Ma. do Centro Universitário Metropolitano de Maringá- UNIFAMMA.

² Acadêmica do 4º semestre do Curso de Psicologia do Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

³ Acadêmico do 4º semestre do Curso de Psicologia do Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

⁴ Acadêmica do 4º semestre do Curso de Psicologia do Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

⁵ Profa. Dra. do Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

⁶ Acadêmico do 4º semestre do Curso de Psicologia do Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

⁷ Acadêmica do 4º semestre do Curso de Psicologia do Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

⁸ Acadêmico do 4º semestre do Curso de Psicologia do Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.



a todo e qualquer cidadão independente de sua identidade de gênero, com isso iniciar uma transformação de pensamento, respeito a partir da comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Identidade de gênero, população trans, violência, transfobia.

ABSTRACT

Having a gender identity that deviates from the so-called “normal” in society are transformed into anomalies and loaded with prejudice and discrimination that, at most, lead to exclusion, misery, abandonment and murder of people because they are trans. This violence to the trans community, in which women and men are targets, presents itself, in a far-from-true reality, the reporting of hate crimes, at a more intense level, as a genocide itself. The work of the Integrator III project aims to give visibility, an attempt to demonstrate structural and systematic violence, whether in the family, religion and throughout society, against the trans population. It is also a way to clarify the cis population about the rights that are currently guaranteed to each and every citizen, regardless of their gender identity, thus starting a transformation of thought, respect from the academic community.

Keywords: Gender identity, trans population, violence, transphobia.

INTRODUÇÃO

Os ensaios produzidos por Sigmund Freud, em especial *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), foram um dos diversos fatores que viriam a alterar a compreensão e a distinção entre sexo e gênero. Oriundo do latim, *genus*, gênero significa “nascimento”, “família”, ou ainda, “tipo”. Já em sua etimologia grega, *genos* e *geneã*, associa-se ao sexo. Mas, “foi somente a partir do século XV que esta associação passou a ser mais utilizada, ou seja, o termo gênero passou a ser sinônimo do sexo biológico dos indivíduos” (LIMA, 2007, cap. 2, p. 14). Atualmente, grande parte dos estudos de gênero, apoiados em teorias antropológicas, sociais e culturais, afirmam e “defendem que não existe um modelo único destas, mas sim que elas variam conforme os tempos e lugares” (LIMA, 2007, cap. 2, p. 43), além de refutarem uma noção determinista biológica.

Arraigado à história do Brasil e aos papéis de gênero está o patriarcalismo – uma das principais teses desenvolvidas e debatidas pelo movimento feminista radical do século XX e descrito como um sistema legitimador do poder masculino nas esferas pública e privada, resultando na submissão feminina e a violência



doméstica por exemplo. Segundo o sociólogo e escritor Gilberto Freyre em sua obra *Casa-Grande e Senzala* (1933), o patriarcalismo teria sido institucionalizado no país como parte de uma estratégia portuguesa a fim de colonizar o Brasil. Segundo Roberta Menezes Sousa, Freyre, em seu trabalho, atribuiu significados aos principais símbolos desse sistema:

[...] econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária), de trabalho (a escravidão), de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos etc.), de vida sexual e de família (patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo) (1933, p. 36 apud Menezes Sousa, 2012, p. 62).

Dialogando com o proposto por Freyre, temos na imagem de Xica Manicongo - a primeira travesti reconhecida do Brasil - a representação concreta dos símbolos coloniais como a casa-grande, o latifúndio, a escravidão e a exploração sexual das mulheres negras, os quais, são elementos imprescindíveis para a compreensão da concretização da colonização portuguesa bem como para o estabelecimento do poder patriarcal que viria a fundar as bases da sociedade brasileira contemporânea. Vítima do apagamento histórico, Xica foi “descoberta” por meio de pesquisas do antropólogo e historiador brasileiro, Luiz Mott, a partir de documentos inquisitoriais preservados no arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal. Oriunda do Congo, Xica foi trazida ao Brasil em meados do século XVI como escrava e posteriormente vendida a um sapateiro. Segundo Jaqueline Gomes de Jesus, professora e doutora em psicologia, sabe-se que o sobrenome “Manicongo”, de origens congolense, era, em seu contexto social, um título honorífico utilizado por governantes do Reino do Congo para aludir a seus senhores e às suas divindades (Mwene Kongo, em tradução literal, Senhor do Congo – ou ainda, Rainha ou Realeza do Congo), contudo tal título teve seu significado mudado para designar pessoas oriundas da região devido à influência portuguesa.

Ademais, Xica ficou marcadamente conhecida em Salvador como namoradeira e resistente a dominação que sofria. Tal atitude, incomodou Matias Moreira, dito cristão puro, isto é, termo de prestígio para a época, utilizado para designar aquele que não foi judeu nem tinha antepassados judeus - e, irado pela recusa de Xica utilizar roupas masculinas, denunciou-a à Igreja sob a acusação de cometer o crime de sodomia, o que lhe resultou numa visita da Inquisição. Sob ameaça de “ser queimada viva, em um auto de fé em praça pública, ter seus bens confiscados pela Igreja Católica e a infâmia lançada sobre os seus descendentes até a terceira geração” (JESUS, 2019, p. 253) Xica renunciou à sua identidade e passou a vestir-se com as roupas tradicionais aos homens da época. Também,



segundo as descobertas de Mott nos registros da primeira visitação do Santo Ofício à Bahia, Manicongo teria sido batizada com o nome de Francisco, entretanto seu verdadeiro nome antes da vinda ao país perdeu-se no meio dos registros. Mesmo com o pouco que se sabe dessa figura histórica, Xica Manicongo tornou-se, atualmente, em um símbolo de resistência e luta para a Comunidade Trans Brasileira.

Outro registro digno de menção, está no fato de que no século XIX ocorriam, no Rio de Janeiro, os chamados “bailes travestis”, eventos estes, destinados a receber os marinheiros que retornavam ao país, e no qual recebiam a companhia de homens vestidos de mulheres para suprir a falta das mesmas em momentos de lazer como a dança. Também, em 1962, a artista e cantora francesa Coccinelle, conhecida como a primeira mulher transexual a ter o seu casamento reconhecido pela Igreja Católica em 1960, o qual enfrentou diversas reações discriminatórias, esteve em visita ao Brasil, despertando grande curiosidade na população, que se reunia aos montes para ver a celebridade.

Posto isso, ao nascer, nossos sexos são atribuídos pela genitália, assim, em nossa sociedade, uma pessoa com pênis é considerada homem enquanto uma pessoa com vagina, mulher. Contudo, algumas pessoas possuem uma identidade de gênero díspar da que lhes foram designadas no momento de seu nascimento. Tal grupo é, então, denominado como transgênero e/ou transexual. Ademais, hoje, sabe-se que tal condição não se trata de uma doença ou um distúrbio psicológico.

Desse modo, utiliza-se o termo “mulher trans” para se referir a alguém que foi designado homem em seu nascimento, mas se entende como mulher e reivindica o tratamento no feminino. Da mesma forma, a expressão “homem trans” é indicada para tratar uma pessoa que foi designada mulher em seu nascimento, mas se identifica como homem e reivindica seu tratamento no masculino.

Por volta do século XX, a psicologia americana apresenta as primeiras noções de identidade de gênero, porém, alguns estudiosos levantam a hipótese de que Heliogábalo, um imperador romano da dinastia dos Severos, possa ter sido uma das primeiras figuras transexuais conhecidas da história. Comumente negligenciado e apagado de textos e documentos, Heliogábalo - de origem síriaca - teria governado o Império Romano entre 193 e 235 d.C., tendo ascendido ao trono com a tenra idade de 14 anos. Nos escassos textos em que é citado, o infame imperador romano é frequentemente criticado por seus contemporâneos e tratado com nomes pejorativos que aludiam à sua prática de travestir-se de mulher, entre outros costumes tidos como *bárbaros* pelos gregos e romanos.

Para a doutora e pesquisadora de história, Semíramis Corsi Silva, em seu artigo intitulado *Identidade cultural e gênero no principado romano: uma proposta*



de análise interseccional das representações do imperador Heliogábalo (século III E.C.), publicado pela revista PHOÏNIX em 2018, Heliogábalo teria, entre outros fatores - como a confluência cultural, ficado marcado historicamente com uma imagem negativa devido às suas performances de gênero e uso dos prazeres hedonistas, o que não condizia com a imagem viril esperada de um imperador para a época. Contudo, Silva reflete até onde as passagens dos textos permitem uma interpretação sob o prisma da identidade de gênero, visto que, tal terminologia e entendimento não cabiam à época. Sobre a afirmação de que Heliogábalo teria tentado emascular-se e obter uma vagina, Dião Cássio declara (História Romana, LXXX, 17, 1, apud SILVA, Semíramis Corsi, 2018, p. 154).

Os ensaios produzidos por Sigmund Freud, em especial *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), foram um dos diversos fatores que viriam a alterar a compreensão e a distinção entre sexo e gênero. Oriundo do latim, *genus*, gênero significa “nascimento”, “família”, ou ainda, “tipo”. Já em sua etimologia grega, *genos* e *geneã*, associa-se ao sexo. Mas, “foi somente a partir do século XV que esta associação passou a ser mais utilizada, ou seja, o termo gênero passou a ser sinônimo do sexo biológico dos indivíduos” (LIMA, 2007, cap. 2, p. 14). Atualmente, grande parte dos estudos de gênero, apoiados em teorias antropológicas, sociais e culturais, afirmam e “defendem que não existe um modelo único destas, mas sim que elas variam conforme os tempos e lugares” (LIMA, 2007, cap. 2, p. 43), além de refutarem uma noção determinista biológica.

Arraigado à história do Brasil e aos papéis de gênero está o patriarcalismo – uma das principais teses desenvolvidas e debatidas pelo movimento feminista radical do século XX e descrito como um sistema legitimador do poder masculino nas esferas pública e privada, resultando na submissão feminina e a violência doméstica por exemplo. Segundo o sociólogo e escritor Gilberto Freyre em sua obra *Casa-Grande e Senzala* (1933), o patriarcalismo teria sido institucionalizado no país como parte de uma estratégia portuguesa a fim de colonizar o Brasil. Segundo Roberta Menezes Sousa, Freyre, em seu trabalho, atribuiu significados aos principais símbolos desse sistema:

[...] econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária), de trabalho (a escravidão), de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos etc.), de vida sexual e de família (patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo) (1933, p. 36 apud Menezes Sousa, 2012, p. 62).

Dialogando com o proposto por Freyre, temos na imagem de Xica Manicongo - a primeira travesti reconhecida do Brasil - a representação concreta dos símbolos



coloniais como a casa-grande, o latifúndio, a escravidão e a exploração sexual das mulheres negras, os quais, são elementos imprescindíveis para a compreensão da concretização da colonização portuguesa bem como para o estabelecimento do poder patriarcal que viria a fundar as bases da sociedade brasileira contemporânea.

Vítima do apagamento histórico, Xica foi “descoberta” por meio de pesquisas do antropólogo e historiador brasileiro, Luiz Mott, a partir de documentos inquisitoriais preservados no arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal. Oriunda do Congo, Xica foi trazida ao Brasil em meados do século XVI como escrava e posteriormente vendida a um sapateiro. Segundo Jaqueline Gomes de Jesus, professora e doutora em psicologia, sabe-se que o sobrenome “Manicongo”, de origens congolense, era, em seu contexto social, um título honorífico utilizado por governantes do Reino do Congo para aludir a seus senhores e às suas divindades (Mwene Kongo, em tradução literal, Senhor do Congo – ou ainda, Rainha ou Realeza do Congo), contudo tal título teve seu significado mudado para designar pessoas oriundas da região devido à influência portuguesa.

Ademais, Xica ficou marcadamente conhecida em Salvador como namoradeira e resistente a dominação que sofria. Tal atitude, incomodou Matias Moreira, dito cristão puro, isto é, termo de prestígio para a época, utilizado para designar aquele que não foi judeu nem tinha antepassados judeus - e, irado pela recusa de Xica utilizar roupas masculinas, denunciou-a à Igreja sob a acusação de cometer o crime de sodomia, o que lhe resultou numa visita da Inquisição. Sob ameaça de “ser queimada viva, em um auto de fé em praça pública, ter seus bens confiscados pela Igreja Católica e a infâmia lançada sobre os seus descendentes até a terceira geração” (JESUS, 2019, p. 253).

Xica renunciou à sua identidade e passou a vestir-se com as roupas tradicionais aos homens da época. Também, segundo as descobertas de Mott nos registros da primeira visitação do Santo Ofício à Bahia, Manicongo teria sido batizada com o nome de Francisco, entretanto seu verdadeiro nome antes da vinda ao país perdeu-se no meio dos registros. Mesmo com o pouco que se sabe dessa figura histórica, Xica Manicongo tornou-se, atualmente, em um símbolo de resistência e luta para a Comunidade Trans Brasileira.

Outro registro digno de menção, está no fato de que no século XIX ocorriam, no Rio de Janeiro, os chamados “bailes travestis”, eventos estes, destinados a receber os marinheiros que retornavam ao país, e no qual recebiam a companhia de homens vestidos de mulheres para suprir a falta das mesmas em momentos de lazer como a dança. Também, em 1962, a artista e cantora francesa Coccinelle, conhecida como a primeira mulher transexual a ter o seu casamento reconhecido pela Igreja Católica em 1960, o qual enfrentou diversas reações



discriminatórias, esteve em visita ao Brasil, despertando grande curiosidade na população, que se reunia aos montes para ver a celebridade.

Posto isso, ao nascer, nossos sexos são atribuídos pela genitália, assim, em nossa sociedade, uma pessoa com pênis é considerada homem enquanto uma pessoa com vagina, mulher. Contudo, algumas pessoas possuem uma identidade de gênero díspar da que lhes foram designadas no momento de seu nascimento. Tal grupo é, então, denominado como transgênero e/ou transexual. Ademais, hoje, sabe-se que tal condição não se trata de uma doença ou um distúrbio psicológico.

Desse modo, utiliza-se o termo “mulher trans” para se referir a alguém que foi designado homem em seu nascimento, mas se entende como mulher e reivindica o tratamento no feminino. Da mesma forma, a expressão “homem trans” é indicada para tratar uma pessoa que foi designada mulher em seu nascimento, mas se identifica como homem e reivindica seu tratamento no masculino.

Por volta do século XX, a psicologia americana apresenta as primeiras noções de identidade de gênero, porém, alguns estudiosos levantam a hipótese de que Heliogábalo, um imperador romano da dinastia dos Severos, possa ter sido uma das primeiras figuras transexuais conhecidas da história. Comumente negligenciado e apagado de textos e documentos, Heliogábalo - de origem síriaca - teria governado o Império Romano entre 193 e 235 d.C., tendo ascendido ao trono com a tenra idade de 14 anos. Nos escassos textos em que é citado, o infame imperador romano é frequentemente criticado por seus contemporâneos e tratado com nomes pejorativos que aludem à sua prática de travestir-se de mulher, entre outros costumes tidos como *bárbaros* pelos gregos e romanos.

Para a doutora e pesquisadora de história, Semíramis Corsi Silva, em seu artigo intitulado *Identidade cultural e gênero no principado romano: uma proposta de análise interseccional das representações do imperador Heliogábalo (século III E.C.)*, publicado pela revista PHOENIX em 2018, Heliogábalo teria, entre outros fatores - como a confluência cultural, ficado marcado historicamente com uma imagem negativa devido às suas performances de gênero e uso dos prazeres hedonistas, o que não condizia com a imagem viril esperada de um imperador para a época. Contudo, Silva reflete até onde as passagens dos textos permitem uma interpretação sob o prisma da identidade de gênero, visto que, tal terminologia e entendimento não cabiam à época. Sobre a afirmação de que Heliogábalo teria tentado emascular-se e obter uma vagina, Dião Cássio declara (História Romana, LXXX, 17, 1, *apud* SILVA, Semíramis Corsi, 2018, p. 154):

Sua luxúria chegou a tal ponto que ele pediu aos médicos [τοὺς ἰατροὺς] que inventassem a vagina de uma mulher [αἰδῶ γυναικείαν] em seu corpo, por meio de uma incisão, prometendo a eles grandes somas como pagamento.



Também segundo o senador Dião, no que diz respeito às práticas afetivo-sexuais de Heliogábalos, há a seguinte passagem referente a um dos maridos do imperador, o atleta Aurélio Zótico:

[...] quando Aurélio se dirigiu a ele com a saudação habitual: "Salve! Meu Senhor imperador!", ele inclinou o pescoço, assumindo uma pose feminina arrebatadora, e, virando os olhos com um olhar derretido por ele, respondeu sem qualquer hesitação: "Não me chame de Senhor, pois eu sou uma senhora" [μή με λέγε κύριον ἐγὼ γὰρ κυρία εἰμί]. (DIÃO CÁSSIO. História Romana, LXXX, 16, 1, *apud* SILVA, Semíramis Corsi, 2018, p. 156)

Assim, congruente às dificuldades enfrentadas pelo supracitado imperador romano em sua época, cerca de dezoito séculos depois, a brasileira Gisele Alessandra Schmidt e Silva, de 48 anos, foi a primeira advogada transgênero a falar diante do Supremo Tribunal Federal (STF), em defesa do direito de pessoas como ela, mudarem seu nome e gênero no registro civil sem precisar fazer uma cirurgia de redesignação de sexo. Ela disse aos ministros: "Não somos doentes, como pretende a classificação internacional de doenças. Não sofro de transtorno de identidade sexual. Sofre a sociedade de preconceitos historicamente arraigados contra nós." (SILVA, 2017)

Após a sessão da qual participou a advogada paranaense, o STF reconheceu o direito pleiteado naquela ação, isto é, foi autorizado a pessoas trans mudarem seu nome e gênero direto no cartório, sem precisar obter autorização judicial e sem a exigência de mudanças físicas (cirurgias e tratamentos hormonais) ou laudos médicos, tal como defendeu Silva. Outra conquista significativa ocorreu em 1990 com a ação da Organização Mundial da Saúde (OMS) de retirar a homossexualidade da lista internacional de doenças mentais, por sua vez, foi somente em 2019, após 72ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, que a transexualidade deixou de integrar a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID). Após o CID 11, a OMS reconhece a mudança de entendimento, onde a transexualidade não é mais tida como um transtorno mental.

De acordo com estudos da neurociência, a área da sexualidade no sistema nervoso central é o hipotálamo. Pesquisas mais recentes, apontam que a área do sexo é formada antes do terceiro mês de gestação, enquanto que a genitália está visível ou formada somente entre a 18ª e 20ª semana. Pesquisadores da área acreditam que o sexo identificado no sistema nervoso nem sempre reflete a genitália formada por expressão gênica dos cromossomos sexuais. Segundo o artigo científico: *Sexo cerebral: um caminho que começa a ser percorrido* (DAMIANI, et al., 2005), fica cada vez mais claro que ocorre um dimorfismo sexual no cérebro



de homens e mulheres, enquanto que experiências em animais têm mostrado que circuitos específicos se desenvolvem de acordo com o sexo do animal.

Para a neurocientista Suzana Herculano-Houzel, no livro *O cérebro em transformação* (2005), a existência de uma estrutura nervosa designada “sistema vomeronasal”, é a responsável por informar o cérebro sobre os feromônios (suor, pele, pelos e secreções sexuais). Segundo a autora, os homens apresentam maior número de neurônios olfativos que as mulheres, em quanto que, os homossexuais e transexuais possuem números intermediários de neurônios, determinando assim o dimorfismo sexual.

MATERIAL E MÉTODOS

Mediante a uma intervenção junto à comunidade acadêmica do Centro Universitário Metropolitano de Maringá- Unifamma, foi realizada uma apresentação com dados, relatos e depoimentos sobre a transfobia em nosso país e os direitos dos mesmos, com intuito de informar e reeducar uma pequena parcela de pessoas – em sua maioria cisgêneros, apontando as causas das dificuldades e apagamento da comunidade transexual em toda sua essência.

O evento teve início às 20h, com o acadêmico Wagner Nanni dando início a intervenção com abertura e boas-vindas aos presentes, explicando o que de fato era o projeto Transfobia: violência, invisibilidade e direitos, definindo conceitos, os objetivos, o desenvolvimento e as participações; em seguida foi apresentado um vídeo de abertura com demonstrações de violência à comunidade trans na forma de chamadas de telejornais. Após aberto o evento, a professora orientadora Alexandra Silva de Oliveira explicou aos presentes, o que representa a disciplina Projeto Integrador III, na formação de futuros psicólogos, e o projeto todo como parte da avaliação semestral. Em um segundo momento, foram chamadas a se dirigirem ao palco: as convidadas Gabriela Martins Pereira e Eduarda de Almeida para comporem a meda e também a coordenadora do curso de Psicologia da Unifamma professora Dra. Márcia Gomes E. Luz e a professora Ma. Alexandra Silva de Oliveira, titular da disciplina.

Para mediar a mesa redonda, foram chamados os acadêmicos Vinícius Matheus da Silva e Elaine Cristine Barros de Oliveira. Ao término da roda de conversa que foi muito esclarecedora e proveitosa, a acadêmica Elaine Cristine Barros de Oliveira recitou o poema intitulado: “Colorir”, da autora trans Virgínia Guitzel, como mais uma forma de homenagear a comunidade trans, foco da nossa intervenção. Posteriormente, a acadêmica Thácila Lopes Antunes, realizou a leitura



de um relato de uma pessoa trans, que lhe foi enviado durante o desenvolvimento do projeto. Ao final, a acadêmica Beatriz dos Santos Guerra Primo encerrou a apresentação agradecendo aos colaboradores, aos participantes presentes e convidou todos os integrantes do grupo para subirem ao palco para agradecer a presença de todos. Durante todo o evento, estiveram responsáveis pela iluminação, som, apresentação de vídeos e slides, as acadêmicas Giovana Eleotério Galego e Thácila Lopes Antunes.

DISCUSSÃO e/ou CONCLUSÃO

Ao observar a lacuna existente na exploração acadêmica sobre o tema, notou-se a viabilidade de elaborar um projeto de pesquisa fundamentado na reflexão acerca do debate sobre a violência de gênero, dedicado, particularmente, a propiciar maior visibilidade para a comunidade transexual, bem como a propagar a realidade dos mesmos e a apuração de seus direitos. Através de dados obtidos por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), constatou-se que, de 2015 a 2017, houve um aumento considerável de notificações de violência contra mulheres e homens transexuais no Brasil, sendo 22,7% e 29,9% respectivamente (PINTO, et al., 2020). Contudo, sabe-se que tais números representam apenas uma pequena parcela da efetiva violência transfóbica no país que mais mata transexuais e travestis no mundo.

Dados mais recentes obtidos por meio do dossiê elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), apontam que no ano de 2021 houve, ao menos, 140 assassinatos de pessoas trans, sendo 135 travestis e mulheres transexuais, e 05 casos de homens trans e pessoas trans masculinas, contabilizando 35 casos a menos que no ano de 2020. Ainda segundo o documento elaborado por Bruna G. Benevides, “a violência aparece como um dos motivos para a falta de expectativa do futuro para a juventude trans” (2022, p. 41) que atualmente possui uma expectativa de vida de meramente 35 anos.

Presentemente, em 2022, inúmeras pessoas ainda vivem em constante receio de assumir sua identidade de gênero. Tal realidade hedionda se dá por diversos fatores, principalmente socioculturais como: o preconceito e ignorância da sociedade, o não acolhimento dos familiares, a falta de políticas públicas que os favoreçam e a falta de segurança gerada por um constante abuso físico e mental. Acrescidos, tais fatos pactuam para que a transfobia seja estratégica e politicamente camuflada, resultando em exorbitantes estatísticas de violência.

Diante disso, faz-se fundamental um olhar crítico, a fim de apontar falhas e incoerências do sistema judicial para lidar com a violência decorrente da transfobia, que com significativos esforços busca marginalizar e inviabilizar o corpo trans. Do



mesmo modo, faz-se imperativo o apoio na comunidade cisgênero na luta pela asseguarção dos direitos trans.

Em vista disso, movidos pelo inconformismo decorrente da violência extrema e pelo anseio de propagar as adversidades da realidade enfrentadas pela comunidade trans no Brasil, tal projeto teve como propósito de intervir trazendo maior visibilidade a este grupo minoritário e vítima de preconceitos e violências, tendo sempre em vista que o reconhecimento de sua existência trará o direito à vida dessas pessoas no mundo. Com isso, é nosso dever enaltecer a vida e cultura trans, além de expor as dificuldades e os direitos de cidadania desta comunidade, propiciando a divulgação de informações sobre a realidade da mesma e, visando atingir em específico a sociedade cis a fim de incutir um sentimento de empatia e ações de mudança.

Com isso, concluímos termos alcançado nosso objetivo primário de trazer visibilidade para a comunidade trans, mesmo que por um curto período de tempo. Conseguimos observar também, quase que imediatamente, os frutos que este diálogo proporcionou ao testemunharmos aqueles que ali estavam, serem tocados pelos relatos apresentados e continuarem o debate para além da palestra.

AGRADECIMENTOS

Os acadêmicos do curso de Psicologia da UNIFAMMA, que cursaram a disciplina de projeto Integrador III, aproveitam a oportunidade para manifestar a mais profunda gratidão ao AtariBar, patrocinador do evento, bem como ao vice-prefeito da cidade de Maringá, Edson Ribeiro Scabora e ao secretário da cultura, Victor Simião, que não mediram esforços ao cederem o espaço “Teatro Reviver Magó”, para a realização do evento. Um agradecimento também à coordenação do curso de Psicologia da UNIFAMMA, a profa. Dra. Márcia Gomes E. Luz e à professora orientadora da disciplina, a profa. Ma. Alexsandra Silva de Oliveira. Um agradecimento também, ao reitor da IES pelos materiais cedidos, por sua presença e apoio.

REFERÊNCIAS

BARIFOUSE, Rafael. **Como ser transgênero foi de 'aberração' e 'doença' a questão de identidade**. BBC News Brasil. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44651428>. Acesso em: 17 mar. 2022.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. ANTRA Brasil. Brasília, 2022. p.



41. Disponível em: <https://antrabrazil.org/assassinatos/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BOUERI, Aline Gato. **Violência contra mulheres trans e travestis começa em casa e continua do lado de fora**. Disponível em:

<https://www.generonumero.media/maioria-de-agressoes-mulheres-trans-e-travestis-ocorre-dentro-de-casa-revelam-dados-do-ministerio-da-saude/>. Acesso no dia 03 de março de 2022.

CANÉ, Flávia Isis Fortunato. **Transgêneros: a busca pela igualdade formal e material no direito brasileiro**. Monografias Brasil Escola. 2019. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/transgeneros-busca-pela-igualdade-formal-material-no-direito-brasileiro.htm>. Acesso em: 20 abr. 2022.

DAMIANI, Durval Damiani et al. **Sexo cerebral: um caminho que começa a ser percorrido**. Scielo Brasil. São Paulo, 2005.

DULCE, Emily. **LGBTFOBIA veio de caravela: colonização sobre os corpos indígenas**. São Paulo, 17 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/lgbtfobia-veio-de-caravela-colonizacao-sobre-os-corpos-indigenas>. Acesso em: 31 mar. 2022.

GIFFIN, K. **Gender violence, Sexuality and health**. Cad. Saúde públ., Rio de Janeiro, 10: 146-155, 1994.

JESUS, Jaqueline. **Notas sobre as travessias da população trans na história**. 12 de junho de 2018. Disponível em:

<https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>. Acesso em: 31 mar. 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra**. Revista Docência e Cibercultura. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/41817>. Acesso em: 22 abr. 2022.

LIMA, RENATA STELLMANN DE SOUSA. **A masculinidade na clínica**. MAXWELL - PUC Rio. Rio de Janeiro, 2007, p. 14-43. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=9704@1>. Acesso em: 03 mar. 2022.

PINTO, Isabella Vitral *et al.* **Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017**. Scielo Brasil. São Paulo, 2020. Disponível



Revista da Extensão
UNIFAMMA
Centro Universitário

em:<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/YV7VvNY5WYLwx4636Hq9Z5r/?lang=pt#>.
Acesso em: 1 mar. 2022.

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Fluxograma do atendimento às mulheres vítimas de violência. Disponível em: <https://www.todasinrede.sp.gov.br/site/prevencao-a-violencia/fluxograma-do-atendimento-as-mulheres-vitimas-de-violencia/>. Acesso em: 03 mar. 2022.

SILVA, Semíramis Corsi. **Identidade cultural e gênero no principado romano: uma proposta de análise interseccional das representações do imperador heliogábalo (século III E.C.).** Revista PHOÏNIX. Rio de Janeiro, 2018, p. 154-156. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/phoenix/article/view/32381/18300>. Acesso em: 21 abr. 2022.

STELLA, R. **Violência contra a mulher adolescente/jovem.** Rio de Janeiro, Editora UERJ. 2017. Acesso em: 03 mar. 2022.